

POR UMA ANTROPOLOGIA NÃO SITIADA: O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ANTROPÓLOGO NO MUNDO

Ondina Fachel Leal

Começo esta narrativa fazendo uma pequena observação ao título aqui proposto: *O Campo da Atuação dos Antropólogos no Brasil* – pois gostaria de falar de uma experiência de atuação como antropóloga brasileira, no Brasil, mas também fora dele, tendo como campo de atuação agências multilaterais e internacionais. De uma forma ou de outra estaremos nos referindo a atuação do antropólogo para além dos muros das universidades, muito além do trabalho de ensino e pesquisa.

Em minha trajetória como antropóloga, ainda que desde de seu início vinculada ao espaço de formação acadêmica, à universidade, tenho tido outras oportunidades de atuação profissional como antropóloga: O trabalho junto a uma agência internacional, a Fundação Ford; e o trabalho junto a agências multilaterais do sistema das Nações Unidas. É sobre estas possibilidades de atuação do antropólogo e carregando comigo um repertório de experiências que me proponho a refletir aqui. Ao mesmo tempo, gostaria de indicar caminhos e mapear um pouco as demandas e possibilidades de mercado que se impõem na atualidade ao antropólogo no mundo globalizado.

Como ponto de partida é bom lembrar que quanto mais globalizado estiver o mundo, maior necessidade haverá de se acessar aquilo que vai se tornando desconhecido, como faces de uma mesma moeda, que é o “local”, isto é, a especificidade de um determinado contexto cultural. Dito de outra forma, a agenda do mundo globalizado pelo

mercado, legislação, tecnologia de informação, processos culturais -- que se estabelece à revelia dos estados nações, borrando fronteiras, não prescinde -- ao contrário -- requer e depende muito mais do conhecimento do especialista em *localismos*, em cultura local. E quem seria este especialista senão o antropólogo? O ofício do antropólogo é o de conhecer em profundidade um dado contexto. Nossas competências para abordar a realidade incluem primeiro, *entender* o que outros antropólogos escreveram sobre outros *locais* ou outras *tribos*; segundo, o domínio de técnicas que nos permitam avaliar realidade, identificar problemas e formular boas questões de pesquisa; terceiro, pesquisar e buscar respostas; quarto, formular soluções possíveis; quinto, capacidade de avaliar e monitorar propostas que tenham a ver com este nosso *know-how*; sexto (mas não se encerra aqui nosso ofício) intervir na realidade naquilo que estiver dentro de nossas possibilidades de atuação, quer como mediadores e tradutores de culturas quer porque acreditemos, como antropólogos e como pessoas, que transformação social seja possível, necessária ou inevitável.

Ao nomear acima pelo menos seis competências que o ofício da antropologia nos instrui e outorga ocorreu-me que estava fazendo um “job description” ou a descrição de um perfil de alta empregabilidade na atualidade, seja no Brasil, seja no mundo. É importante notar que qualquer uma das “expertises” acima descritas por si só teria mercado. Todas juntas e o domínio de idiomas e liturgias hegemônicas nos qualificaria, sem dúvida, para uma excelente colocação internacional. É preciso dar-se conta que temas consolidados na área de antropologia, tais como direitos humanos, gênero, diversidade, etnia, identidade, sustentabilidade, família e reprodução social, doença e cura, entre outros, são caros e, de fato, fundamentais, na reconfiguração da nova ordem mundial.

O trabalho em uma Agência Internacional

Minha experiência de sete anos como coordenadora de um Programa em uma organização internacional, no caso, o Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva na Fundação Ford, Escritório do Brasil envolvia desenhar o Programa, definir prioridades de atuação dentro do tema específico, escolher, administrar e monitorar um

conjunto de entidades e pessoas que receberiam financiamentos desenvolvendo atividades dentro das prioridades definidas pelo próprio Programa. As atividades desenvolvidas, em geral, estão relacionadas, por um lado, a diversas formas de organização, mobilização e intervenção social e por outro, a pesquisa e investigação social e suporte a programas universitários de formação e desenvolvimento de uma determinada competência ou discussão de um tema que o Programa e/ou a organização como um todo, em suas diversas instancias defina como prioritário. A primeira tarefa de um *Program Officer* (PO) é, portanto produzir um Programa. Não muito diverso do trabalho acadêmico trata-se de produzir uma “tese”, um estudo que, no meu caso específico, avaliava a situação de questões relacionadas à saúde reprodutiva tais como direitos sexuais e reprodutivos, condições de saúde, direito de acesso à saúde no país. Este documento, denominado POM (*Program Officer Memorandum*), apresentando indicadores empíricos, constrói argumentos sobre prioridades e estratégias para investimento de recursos. Ou seja, trata-se de um estudo, seguindo as regras do trabalho científico e que está diretamente relacionado com a experiência acumulada e a capacidade analítica da pessoa que foi escolhida para esta função de *Program Officer*, coordenador de um programa. Certamente que o antropólogo, sobretudo o antropólogo sênior, com muita experiência de pesquisa e capacidade analítica está em uma situação privilegiada para assumir a envergadura que este ofício exige. Em minha experiência em meu período de trabalho na Fundação Ford (de 2000 a 2007), houve períodos que dos cinco Programas existentes então, três posições de *Program Officer* eram ocupadas por antropólogos.

No momento que me afastei do trabalho na universidade para assumir esta posição junto à Fundação Ford em seu escritório no Rio de Janeiro, a Fundação Ford completava 40 anos de sua atuação no Brasil e eu fui a primeira profissional brasileira a ser contratada para esta posição de *Program Officer* no Brasil, em qualquer uma das áreas de atuação. Ainda que de forma tardia, a isto se seguiu uma “nacionalização” dos *oficiais de programa* e hoje a coordenação das quatro áreas de atuação da Fundação e a coordenação geral (posição de *representante*) são todas ocupadas por brasileiros(as). Inclusive, é preciso ser dito, de forma transparente e de divulgação ampla, no momento há

posições para *Program Officer* abertas tanto para o escritório do Brasil como outros escritórios no mundo.

Só para dar um exemplo do tipo de demanda existente, leia-se no anúncio da Fundação para atuar junto ao escritório do Brasil, aberto no momento para a posição de Direitos Humanos, as tarefas são as seguintes:

Gerenciar e avaliar um conjunto de doações e atividades relacionadas a isto, direcionadas a questões de direitos humanos e discriminação racial e étnica. Especificamente este setor busca reduzir sérias violação de direitos humanos inclusive violência letal; atuar contra discriminação institucional, consolidar o uso de legislação de direitos humanos no sistema jurídico; estabelecer um sistema de justiça transparente e “accountable” e dar força a voz de grupos da sociedade civil, nacionalmente e internacionalmente. (<http://www.fordfoundation.org/employment/jobs/297> acessado em 07/11/2010)

Retomando a minha experiência de trabalho na Fundação Ford, o primeiro passo ao assumir uma função como a de coordenação de um Programa é fazer a avaliação do contexto que se vai atuar, no caso, pensar o panorama de saúde reprodutiva no Brasil e definir linhas de atuação, metas e construir indicadores que serão discutidos em várias instancias dentro da instituição e em consultorias chaves com a sociedade civil. Uma vez aprovadas as prioridades de atuação, é esperado do profissional que é responsável por uma determinada área (*portfolio*) e por um determinado orçamento, que tome decisões sobre onde alocar recursos e que assuma o monitoramento destes recursos e atividades. A quantidade de recursos é variável nos diferentes anos fiscais e depende também capacidade do PO de acessar recursos extras dentro da própria organização. Como uma média anual, o orçamento para doações do escritório do Brasil no período que lá estive se manteve em cerca de 15 milhões de dólares. Em geral, as médias históricas mostram que mais da metade destes recursos destinam-se para projetos desenvolvidos por universidades e o restante para sociedade civil, incluindo-se aqui organizações como a própria ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

e ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais). Eventualmente há ações junto a órgãos governamentais como uma parceria estratégica como, por exemplo, CAPES ou o Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde.¹

No meu caso, na coordenação do Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, defini duas prioridades. A primeira delas foi a de apoiar a pesquisa em ciências sociais no tema de sexualidade e saúde reprodutiva, incluindo o desenvolvimento de pesquisa para formulação de políticas públicas. A segunda linha de atuação teve como objetivo superar disparidades e barreiras na questão de acesso à saúde reprodutiva, promovendo iniciativas que reforçassem a capacidade da sociedade civil acompanhar e avaliar políticas e programas voltados para a melhoria de condições sociais e dos direitos reprodutivos. O foco, neste caso, voltava-se para iniciativas comunitárias participativas, para ao desenvolvimento de modelos de saúde reprodutiva viáveis e o fortalecimento de organizações comunitárias que atuassem junto aos conselhos municipais de saúde, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país.

Em suma, para o tipo de trabalho em uma agência internacional que tentei aqui descrever, não há dúvida que nossa formação como antropólogo nos qualifica plenamente. Outras características e experiências pessoais certamente comporão este perfil: conhecimento aprofundado da área específica de atuação, domínio de outros idiomas, sobretudo inglês e espanhol, capacidade administrativa, capacidade de diálogo, e ter um ritmo de trabalho, suportar pressão e de tomar decisões bastante diferenciadas do nosso cotidiano em ambiente acadêmico. Quando se está “do outro lado do balcão” de demandas de recursos, é bom lembrar que para cada, digamos, 50 solicitações recebidas talvez seja possível e interessante atender a uma. Neste cálculo, é plausível avaliar que para cada vínculo que se construa estejamos produzindo 49 dissensões e que o custo pessoal do exercício de funções como esta pode ser bastante alto. Outra experiência que gostaria de compartilhar é que em geral há uma falta de bons projetos que re-

1 Para um detalhado estudo da atuação da Fundação Ford no Brasil e dados sobre os recursos despendidos e prioridades programáticas ver Brooke, N.; e Witoshynsky, M.(org): Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma parceria para Mudança Social. São Paulo: EDUSP, 2002.

almente apresentem idéias inovadoras e não um excesso de propostas viáveis como se poderia supor, dentro das prioridades já definidas.

O Trabalho em Agencias Multilaterais

No momento em que me convidaram para participar neste Fórum sobre o campo da atuação dos antropólogos na Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia eu estava participando em uma reunião em Genebra de uma das assim chamadas *agencias multilaterais*. Por agencias multilaterais entende-se aqueles organismos vinculadas ao sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Global e outras de estrutura semelhante, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Trata-se dos organismos que representam vários países, em tese um coletivo de países, e definem compromissos e políticas globais.

Como dizia, a reunião a que me referia acontecia nos arredores de Genebra em um pequeno e idílico vilarejo às margens do lago. Eu estava nesta reunião, como em muitas outras semelhantes nas quais tenho participado de forma regular, no papel de antropóloga, compondo um comitê onde cada uma das pessoas presentes – inclusive eu – carregava consigo um mandato – uma *constituency*, como se diria na linguagem das agencias. Estava naquele lugar e naquele momento compondo um conselho de especialistas por aquilo que minha formação em antropologia me autorizava. No computador aberto e conectado na internet durante a reunião recebo o convite da ABA sobre o Fórum e imediatamente começo a me perguntar qual é mesmo o meu papel como antropóloga ali naquele encontro. O trabalho duraria pelo menos mais duas semanas e ocorreu-me que descrever, transferir para o papel, uma pouco da dinâmica daquele conclave – isto é – trazer algum dado etnográfico daquela situação – seria uma forma de transmitir para uma platéia de antropólogos em formação aquilo que me solicitavam: uma pouco de minha experiência como antropóloga junto aos organismos internacionais.

Tratava-se de uma reunião de avaliação de projetos propostos por países (não por indivíduos) na área de saúde que envolve grande quanti-

dade de recursos, o que está em jogo são orçamentos por vezes maiores do que orçamentos de ministérios da saúde dos respectivos países que apresentam demandas. O regime da reunião é intensivo e de enclausuramento total; como ocorre geralmente nestas situações, a discussão é absorvente, exige muita atenção e há uma obrigatoriedade de convivência de todos os membros do grupo até a deliberação final. Vigilância constante para potenciais conflitos de interesses e riscos de vazamento de informações sobre deliberações passa a ser parte do quotidiano dos muitos dias juntos em reunião. Em alguns dias pode ter feito muito calor, podia-se ver pela janela envidraçada da sala de reunião um sol brilhante sobre o lago e na paisagem deslumbrante e imóvel que passava a ser apenas um papel de parede. Impassíveis cerca de 60 pessoas permaneciam encerradas em uma enorme sala instaladas em uma mesa que conformava um imenso “u”. Era, sem dúvida, uma tribo única.

No mundo das agencias multilaterais – isto é, não sem pátria – mas acima de estados nações, é prezada a conjunção entre multinacionalidades, diversidade técnica (multidisciplinaridade), diversidade étnica, lingüística e de gênero. Nesta tribo colorida e exótica de especialistas e quase-tecnocratas onde a diversidade (ou a ilusão desta) e todos os seus signos devem se instaurar como princípio, constituíamos um conselho de anciões (*seniors* diriam com condescendência alguns) que celebrava a diferença com turbantes, saris, kipás, gravatas ou jeans. Cada um carrega consigo, na sua expertise, no seu sotaque, na sua dieta, na sua indumentária ou na sua corporalidade emblemática, uma identidade nacional para no somatório das diferenças comporem o intrincado jogo de poder do mundo multilateral onde fronteiras simbolicamente se suspendem.

O que autorizava minha presença ali, nesta, e em várias outras situações similares, onde se faz parte de um conselho que delibera em uma dimensão global, pelo menos no meu caso, era minha formação e experiência de pesquisa como antropóloga na área aplicada à saúde, o domínio da área de sexualidade e gênero, e minha *expertise* – para usar o jargão das agencias internacionais – naquilo que a antropologia me qualificou: desenhar ou avaliar ações *culturalmente adequadas*. Em suma, eu estava lá e tenho tido participação constante em Comitês Técnicos como antropóloga, compondo com outras especialidades e

áreas técnicas, a diversidade necessária de um processo de avaliação de projetos de grandes dimensões, cujos proponentes são países, não indivíduos. São projetos na área de saúde que envolve formulação de políticas de saúde.

Faz parte de nosso ofício de antropólogo o domínio de ferramentas para avaliar se projetos apresentados respeitam realidades sócio-culturais específicas. Não cabe aqui no escopo desta fala, aprofundadas análises sociológicas, mas claro está que os colonialismos do mundo globalizado atual tomaram outros formatos. As Nações do Norte não tem como ficar indiferentes ao Sul em um mundo de recursos energéticos escassos, se quiserem manter o mesmo ritmo de consumo. Fronteiras nacionais desvanecem-se com o ir e vir da força de trabalho e as epidemias locais tornam-se globais, em um piscar de olhos, se não contidas. Os problemas de saúde pública de Zanzibar ou Haiti deixam de ser apenas de Zanzibar e do Haiti, pois desembarcam em Manhattan ou Paris. E como enfrentar uma endemia ou uma epidemia sem o perito em cultura. Chame o antropólogo! Chame o antropólogo! Não há “value for money” -- para usar um termo êmico do contexto multilateral -- em investir massivamente, por exemplo, em alguma medicação, se não houver aderência a esta medicação. A organização mundial da mitigação de todos os males engendrou um modo de produção de “soluções culturalmente relevantes” e um próspero mercado de “BCCs”, “IECs” e “ACSMs”. Estes produtos são sempre conhecidos apenas por seus acrônimos, como marcas registradas, respectivamente referem a “Behavior Change Communication”, “Information, Education and Communication material”, e Advocacy, Communication and Social Mobilization”. Certamente, a produção destas mercadorias ou a avaliação da qualidade e eficácia destas abordagens estão dentro da competência dos antropólogos. Afinal, há muito que a antropologia sabe que a gestão de uma doença ou da cura não se encerra na solução biomédica.

As possibilidades de atuação do antropólogo para além do trabalho de formação de novos cientistas sociais e antropólogos são muitas e mesmo o tradicional fazer acadêmico de produção de novos antropólogos tem que -- cada vez mais -- ter claro quais são as demandas para além dos muros de nossas universidades.

No entanto, em geral, formamos mal nossos antropólogos para as demandas do mercado que descrevi acima. Bem o sabemos, a antropologia nasceu aplicada, no entanto, o sistema colonial que gestou a própria Antropologia como disciplina foi tão explícito que esta violência nos marcou profundamente. Foi-se a ingenuidade com este pecado original do próprio saber antropológico e ficamos imobilizados mergulhados em nossa própria culpa e em nosso desencanto – o que por vezes pode nos imobilizar também politicamente. Em outro texto² apontava um certo paradoxo que envolve a Antropologia na atualidade: talvez nenhuma outra área do conhecimento esteja tão instrumentalizada a fazer intervenções sociais de todos os tipos e, no entanto, é igualmente verdadeiro que nenhuma outro campo do saber reflete tanto sobre o limite de seu ofício e se sente tão desconfortável e crítico com suas próprias práticas -- interventoras ou não -- quanto a antropologia.

Não há dúvida sobre as possibilidades e eficácia do conhecimento antropológico em áreas como saúde e medicina, políticas públicas, avaliação de programas e projetos, saúde e segurança ocupacional, justiça, bioética, movimentos sociais, organizações da sociedade civil. Cabe a nós aceitar ou não estes desafios, pensar na nossa responsabilidade e papel como antropólogos frente a um conjunto de questões sociais. A minha posição pessoal é que queremos, sabemos como e podemos mudar realidade social. Talvez caiba a cada um de nós se perguntar se gostaria, se se sente apto e se acredita que tenha esta responsabilidade. Sugiro aqui, como já fiz em outras ocasiões, que o aprendizado da antropologia nos instrumentaliza exatamente para isto, para sermos mediadores de transformações sociais. E que, se em algum momento, a dimensão crítica dos cânones de nossa própria disciplina nos conduziu a uma confortável e arrogante imobilidade, esta se esvanece frente a complexidade e urgência que uma epidemia, uma catástrofe ou uma guerra nos coloca.

2 Leal, O. F. e Dos Anjos, J.C. “Cidadania de Quem? Possibilidades e Limites da Antropologia”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 5, n.10 1999